

REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE

ATA DE REUNIÃO

Data: 2017.03.13

Local: Salão Nobre da Presidência

Presenças: Juíza **Andréa** Saint Pastous Nocchi, Juíza Auxiliar da Presidência e coordenadora; **Patrícia** Fernanda Rael, representante da Diretoria-Geral; Michelle, DG; Maria **Ester** Fonseca Vieira, representante da SETIC; **Márcia** Gluchuk Pires, representante da Coordenadoria de Material e Logística; **Alex** Bruno Viana da Silva, servidor com deficiência física; **Ruy** Bittencourt de Almeida Neto, representante do Sintrajufe/RS; **Michele** Gomes da Rosa, convidada, integrante da Diretoria-Geral; e **Fabiana** da Silva Perdomo, convidada, integrante da Seção de Capacitação

Secretário: Igor Ferraz Freiburger (AGE)

Horário: 14h30min – 15h40min

Aos treze dias de março de 2017 reuniu-se a Comissão Permanente de Acessibilidade do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. A coordenadora, **Juíza Andréa** abriu os trabalhos passando a palavra à Patrícia, a qual informou que o cadastro de portadores de deficiência está atualizado e a lista para envio de e-mail encontra-se disponível para uso geral. Juíza Andréa comentou o intuito de fazer um texto de apresentação da Comissão aos PCDs integrantes do grupo de email. Cavalieri relatou problemas relativos à classificação de PCDs em casos de visão monocular e audição em uma só orelha, que vêm sendo admitidos como PCD. Juíza Andréa comentou entendimento já expresso na Comissão de Movimentação de Servidores, sugerindo que o SMO manifeste seu entendimento quanto a tais casos não se enquadrem na cota de PCD. A Comissão debateu qual enquadramento adotar para esses servidores, tendo a Juíza Andréa pontuado que cabe ao SMO exarar parecer médico sobre tais casos e cabe à Administração decisão jurídica sobre a questão. Cavalieri comentou que o fluxo já parece ser esse, só faltaria informar a todos a respeito. A seguir, a Juíza Andréa abrdou o cronograma de ajuste para PCDs apresentado pelo SEMPRO, que ela considerou muito longo e por isso combinou com Sandro Schiavon, responsável pelo setor, a aceleração das obras, especialmente a rampa e o piso. Ruy questionou sobre a dificuldade da servidora do 9º andar quanto a ter acesso aos botões do elevador. Juíza Andréa disse ter recebido informação de que o SEMPRO já definira solução para o problema, ao passo que Patrícia informou que o problema estaria resolvido. Juíza Andréa ficou de verificar.

Na sequência, Patrícia relatou problema de Santa Rosa em que servidor trabalha em local separado dos demais porque não tem acesso ao andar com sua cadeira de rodas. Ouvido, o servidor afirmou não ter qualquer problema com a situação atual, assinalando que sempre há um colega trabalhando com ele. Ruy argumentou que, ainda assim, o ideal seria que ele tivesse integração com os colegas. A Comissão debateu a questão e concluiu que a acessibilidade é um dever institucional e deve ser promovida, ainda que o servidor esteja satisfeito. A seguir, Patrícia relatou o problema da servidora Gisele Amaral, da 25ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, que está em LTS por cirurgia na coluna. A servidora tem problemas nas pernas e o gestor manifestou não ter interesse em sua permanência. A Comissão decidiu que se deve conversar com gestor e magistrado na volta da servidora. Patrícia também apresentou laudo relativo a servidor de Pelotas, com visão monocular, o qual foi assinado pela Comissão. Relatou ter recebido questionário do TRT-10 com alguns itens cuja resposta necessita ajuda da Comissão. Os presentes esclareceram as questões apresentadas e, após, Ruy informou que o Sintrajufe está finalizando a pesquisa sobre saúde dos servidores. Mencionou aferições realizadas na amostragem e diz que alguns índices de servidores PCS são mais elevados do que a média da pesquisa. Com base nisso, o sindicato fará uma nova pesquisa direcionada aos PCDs, com questões adicionais sobre acessibilidade, a fim de identificar melhor eventuais problemas. Pediu apoio institucional para entrega e estímulo ao preenchimento da pesquisa, com a Juíza Andréa propondo que o questionário seja encaminhado com ajuda da própria Comissão, submetendo-o antes à Presidência, o que foi aprovado. A Juíza Andréa pediu que Ruy apresente os dados apurados pelo Sintrajufe, mesmo que apenas o recorte relevante, para que a Comissão tenha conhecimento dos achados. Acentuou que este é o ano da diversidade dentro do TRT, expondo sua importância e as iniciativas em andamento. Informou os presentes sobre a escolha dos integrantes para a futura comissão e salientou a importância da iniciativa, considerando importante a pressão externa para que os membros representem os interesses dos diversos segmentos abarcados pela política de diversidade. Andréa destacou ainda que é a primeira vez que se institui no Tribunal uma política por iniciativa própria, sem determinação superior do TST, CSJT ou CNJ. Relatou que até o final de abril o processo de composição do comitê deve estar concluído e que uma das datas destacadas no ano da diversidade é sobre PCDs. A Comissão passou a debater o encontro dos servidores PCD, decidido na reunião passada. Fabiana sugeriu que o encontro tenha uma parte teórica, que poderia ser coberta pela verba de capacitação, abrindo espaço para servidores PCDs e pessoas envolvidas com acessibilidade interna e de outros tribunais. Juíza Andréa reiterou a ideia debatida anteriormente quanto a se organizar encontro interno no 1º semestre e externo no 2º semestre. Cavalieri argumentou que o contato com outros tribunais é sempre positivo, mesmo que algum

deles esteja em um ponto mais avançado no tema. Sugeriu um fórum para debate virtual e apontou dificuldades que, no seu entender, pesam a favor de se fazer um só encontro. Patrícia ponderou que fazer um encontro interno antes é importante para que os PCDs se sintam acolhidos no âmbito interno. Ruy informou que o TRT4 não é o menos e nem o mais avançado no aspecto acessibilidade, ponderou que a comissão deve definir qual o seu objetivo com o encontro e manifestou apoio à realização de dois encontros, com o primeiro interno. A Juíza Andréa comentou que o encontro interno dá visibilidade aos PCDs e oportuniza que todos se conheçam e compreendam melhor seus problemas. Sugeriu que se faça encontro interno em junho, com a palestra de uma pessoa de fora e depois rodas ou grupos de debate, talvez por seguimentos, e uma plenária final. Fabiana sugeriu que se convide uma pessoa de cada regional e também uma pessoa do TRF. A Juíza Andréa indicou os dias 22/23 ou 29/30 de junho para o primeiro evento, com o que concordou a Comissão. Patrícia comentou a dificuldade do PCD do interior se deslocar até Porto Alegre, levando a Comissão a concordar que o Tribunal deve disponibilizar cuidados e estrutura adequados, cabendo aos PCDs indicarem suas necessidades. Por fim, a Juíza Andréa coordenou a montagem do grupo organizador do primeiro encontro, que incluiu Ruy, Patrícia, Juliano (ausente, mas que já antecipara o desejo de participar), Fabiana, Alex, Márcia e Ester, além de Michele ou Anita representando a DG. O grupo agendou reunião para o dia 20 de março, às 16h, na SEGESP, devendo convidar o Cerimonial para que auxilie na montagem do evento. A Comissão ainda debateu a estrutura do auditório do Tribunal para receber PCDs e estabeleceu que a próxima reunião ordinária se dará em 17 de abril de 2017, no mesmo local e hora. Ata redigida pelo servidor Igor Ferraz Freiburger, analista judiciário lotado na Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais, e encaminhada eletronicamente para validação.
